

CRÍTICA E OS MOMENTOS CRÍTICOS: DE LA JUSTIFICATION E A GUINADA PRAGMÁTICA NA SOCIOLOGIA FRANCESA

Diogo Silva Corrêa
Rodrigo de Castro Dias

Introdução

Embora pouco evidente em sua unidade, há em curso, desde os anos 1980 na França, um movimento sociológico que explora as dimensões pragmáticas da ação. A partir da década de 1990, é possível assistir à sua consolidação: em 1991, a revista francesa *Critique* faz um número cuja introdução de Vincent Descombes intitula-se “ciência social, ciência pragmática”. Na introdução de *Les formes de l’expérience*, de 1995, Bernard Lepetit aponta para a emergência de “um novo paradigma” que “mantém uma distância do estruturalismo” para “prestar atenção na ação situada e referir a explicação do ordenamento dos fenômenos ao seu próprio desenvolvimento” (1995:14). Um pouco mais tarde, Thomas Bénatouïl (1999) publica um artigo propondo uma comparação entre a sociologia crítica de Pierre Bourdieu e a sociologia pragmática francesa. Em 2004, é a vez do grupo *Raisons Pratiques*, que dedica um de seus números às fontes do pensamento pragmatista, mostrando como, a partir da década de 1980, os autores pragmatistas são “redescobertos” como bons aliados contra os problemas legados pelo estruturalismo.

Ainda em 2004, Cyril Lemieux ministra um seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) exclusivamente dedicado à apresentação da sociologia pragmática — ou, como ele prefere chamar, “sociologia das provas”. Nesse seminário, Lemieux chega a estabelecer alguns postulados gerais, como “reflexividade, senso de justiça, competência, pragmatismo, antiessencialismo, realismo, simetria, pluralismo e indeterminação”.¹ Mais tarde, o próprio Lemieux (2010) reduz a lista para dois postulados que ele considera essenciais: indeterminação e pluralismo.² Em 2005, Nicolas Dodier sublinha certo “ar de família” comum aos autores da sociologia pragmática. Mais recentemente, Luc Boltanski refere-se em seu livro *De la critique* (2009) ao programa de pesquisa por

ele levado a cabo na companhia de Laurent Thévenot como “sociologia pragmática da crítica”.

Todos estes exemplos apontam para a formação de uma “constelação pragmática” (Dosse 2003) na sociologia francesa, assim como para o difícil esforço de conferir unidade a uma gama tão variada de referências intelectuais. Não por acaso, diversos autores pertencentes a essa constelação resistem a tal etiquetagem e fazem questão de apontar e apresentar as suas respectivas diferenças e dissonâncias. E, de fato, elas existem.³ Pois há os que, como Boltanski, se inspiraram mais em Wittgenstein, e só muito tardiamente conheceram, por exemplo, pragmatistas americanos como Charles Sanders Peirce, John Dewey e George Herbert Mead (ver prefácio de Boltanski em Nachi 2006). Também Bruno Latour (entrevista em Fossier e Gardella 2006) parece só ter se aproximado do pragmatismo mais recentemente, já que os autores mais influentes de sua formação vieram de uma outra tradição, como Gilles Deleuze, Algirdas Julien Greimas, Michel Serres etc.

Francis Chateauraynaud, por exemplo, é mais próximo de John Dewey, mais precisamente da noção de *investigação* (*inquiry*), e atualmente advoga para si a filiação à pragmática, sendo o próprio nome incorporado ao laboratório de pesquisa por ele fundado na EHESS no final de 2011: “Grupo de Sociologia Pragmática e Reflexiva”. Louis Queré e Daniel Cefaï, certamente os autores da constelação pragmática da sociologia que melhor conhecem a tradição pragmatista americana, se inspiram sobretudo no Dewey de *Public and its problems*, e em Isaac Joseph, autor pioneiro na introdução do pragmatismo na França.⁴

Malgrado essas diferenças, nesta primeira parte do artigo salientaremos os traços em comum que, com o tempo, tornaram-se cada vez mais perceptíveis entre estes autores. Em seguida focaremos, dada a complexidade dessa constelação, na obra *De la justification: économies de la grandeur* (daqui em diante EG), publicada em 1991, que é considerada, juntamente com o livro *Pasteur: guerre et paix des microbes* (1984), de Bruno Latour, o marco da guinada da sociologia francesa na direção de uma pragmática da ação ou de uma sociologia de sensibilidade pragmatista.

A virada pragmática na França

A partir dos anos 1980 cristalizou-se na França um horizonte de pesquisa nas ciências sociais marcado pela crise dos grandes paradigmas, do fim dos “ismos” e das explicações totalizantes. Esse horizonte, contudo, não deixou de apresentar alguns pontos de convergência, como a preocupação em refor-

mular a teoria da ação social a partir de uma abordagem pragmaticamente orientada⁵ (Dosse 2003; Karsenti & Quéré 2004). Os trabalhos produzidos nesse contexto convergiam também para a superação de antinomias clássicas, tais como sujeito e objeto (filosofia), indivíduo e sociedade (sociologia) ou natureza e cultura (antropologia).

Dois polos se destacaram na produção dessa nova guinada na sociologia francesa. No Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI), Bruno Latour e Michel Callon⁶ renovaram a sociologia da ciência e da técnica a partir de um enfoque situado não nos fatos científicos acabados, mas na ciência em vias de se fazer (*en train de se faire*), expondo os fatos brutos e as entidades ainda em estado "quente" por meio da apresentação de controvérsias e momentos de incerteza. Alguns fatos científicos foram então tratados como "caixas pretas" a serem abertas a fim de revelar o trabalho ordinário realizado pelos cientistas em seus respectivos laboratórios. Por sua vez, no Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM), Luc Boltanski e Laurent Thévenot modificaram o enfoque sobre o acordo social, não mais considerado o resultado da interiorização de expectativas normativas (Parsons) ou de estruturas objetivas (Bourdieu), e sim como a resultante de um processo de investigação (*inquiry*) axiológica dos atores em momentos críticos.⁷

Nesse novo horizonte de pesquisas, as categorias explicativas tradicionais — classes, movimentos sociais, estruturas, sociedade — passaram a ser questionadas em prol de uma abordagem mais próxima do ator e de sua experiência. A partir do plano da ação e da interação, o objetivo tornou-se investigar a formação das categorias (Boltanski & Thévenot 1983), as formas de coordenação da ação (Thévenot 1986), a emergência de atores coletivos (Boltanski 1982, 1984), ou dos macroatores (Latour & Callon 1981). Os grupos sociais, de conceitos explicativos do mundo social, passaram a elementos problemáticos a serem explicados. A totalidade e a regularidade foram substituídas pelas microssituações, pelos momentos de ruptura e pelas controvérsias. Entretanto, essa passagem às microssituações não se dá de forma uniforme na sociologia francesa; como veremos, em EG o apelo à pluralidade e às situações convive com a noção de "gramática". No lugar de unidades coesas e fechadas, a investigação passou a incidir sobre entidades instáveis, "objetos cabeludos" (Latour 1995:21), arranjos heterogêneos e elementos incongruentes. Daí porque os determinismos holísticos deram lugar à preocupação com o sentido da ação e com a investigação empreendida pelos atores nos momentos de incerteza.

A noção de simetria foi, decerto, um dos princípios que nortearam essa nova constelação. Com ela, a sociologia incorporou uma reflexão epistemológica abrangente sobre seus próprios pressupostos e suas grandes divisões:

humanos/não humanos, natureza/cultura, ciência/política, economia/moral, pessoas/objetos etc. Tratava-se de refletir sobre o próprio papel das ciências humanas na produção ou no fortalecimento das assimetrias. A estabilidade de noções como coletivo, subjetividade, humano, animal, natureza e cultura devia agora ser problematizada a partir das disputas e das controvérsias que as colocavam em questão.

Os autores da sociologia pragmática, retomando a posição compreensiva de Max Weber e a pluralista de William James e de Alfred Schutz, estabeleceram como tarefa prioritária do sociólogo a explicitação e a descrição das competências cognitivas e reflexivas dos atores sociais. Ao sociólogo restou acompanhar e retraçar — em outros termos, “seguir” (Latour 2006) — as operações empreendidas pelos próprios atores. Com ênfase em métodos etnográficos, o pesquisador devia descrever a ação e cartografar as diferentes posições assumidas pelos atores em disputas e controvérsias. O ideal bourdieusiano de uma reflexividade (Bourdieu 1984) que culminava em um pretense controle da parcialidade subjetiva pela consciência do posicionamento objetivo tornou-se uma entre diversas posições críticas passíveis de descrição, compartilhadas (e disputadas) por sociólogos e atores leigos. Classificar, criticar, julgar, justificar foram então tomadas como algumas das operações compartilhadas entre leigos e especialistas. Não se tratava de uma inversão de papéis e nem da renúncia da sociologia à crítica, mas, sobretudo, o que mais tarde ficará mais claro, da adoção de uma postura reflexiva sobre o lugar, a prioridade, o momento e o *modus operandi* da crítica — seja ela leiga ou sociológica. Ou seja, da passagem de uma sociologia crítica para uma sociologia *da* crítica (Boltanski 1990).

Seguindo a orientação da etnometodologia (Garfinkel 1967), outra forte inspiração desses trabalhos, as ações sociais não remontavam mais ao domínio da razão ou das estruturas sociais. Ao contrário, a sociedade e o vínculo social passaram a ser abordados “do ponto de vista dos processos cognitivos, das categorias semânticas ou dos métodos de coordenação que os constituem” (Quéré et al. 1993:11). A sociedade deixou de existir em sua dimensão funcional e totalizante e passou a ser encarada enquanto redes de associação de “elementos heterogêneos” (Latour 2006:13), uma multiplicidade de *arenas* e *coletivos* (Cefaï & Trom 2001) ou simplesmente de *públicos* (Dewey 1927). A linearidade e a regularidade do mundo social, embora não completamente deixadas de lado, deram lugar à ênfase em rupturas, bifurcações, inovações e incertezas. Daí o novo peso conferido às noções de “evento”, “controvérsia”, “*affaire*”, “crise”, “prova” e “situação”.

Este novo vocabulário abarcou também as pessoas, com a noção de ator sendo substituída pela noção de agente para designar as competên-

cias criativas no seio do próprio agir (Joas 1996) e dar conta da pluralidade de relações que as pessoas estabelecem com as regras e os valores, e das transições e adaptações que se passam ao longo das situações cotidianas. Ao invés de um agente dotado de um *habitus* que estruturaria suas possibilidades perceptivas, a sociologia pragmática pretendia estar mais atenta à multiplicidade de ajustes exigidos dos atores em configurações situacionais e no agenciamento dos objetos sociotécnicos. O objetivo, com isso, foi o de restituir ao mundo a incerteza e a pluralidade que lhe são constitutivas. No lugar de uma hermenêutica da suspeita (Ricœur 1969) que buscava julgar a verdade ou a coerência das ações e dos enunciados, a sociologia pragmática buscou analisar os critérios de pertinência e validade que presidiam as ações e os julgamentos ordinários dos atores, sempre partindo destes últimos.

A trajetória do modelo de *De la justification*

É nesse horizonte mais geral que surge o livro *De la justification: économies de la grandeur* de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Publicado inicialmente em 1987, para enfim ser republicado em 1991 na sua versão definitiva, o livro foi um marco na guinada da sociologia francesa na direção de uma pragmática da ação.

Ao longo da década de 1980, Luc Boltanski e Laurent Thévenot publicaram trabalhos em três direções importantes que convergiram para o modelo de EG. Primeiro, a relação entre as classificações científicas e o senso ordinário (Boltanski & Thévenot 1983) numa investigação sobre o vínculo entre as operações de classificação e de julgamento através da observação de exercícios nos quais os participantes precisavam manipular categorias relativas ao gosto e às condutas privadas e associá-las a "categorias socio-profissionais" (Desroisières, Goy & Thévenot 1983). Os atores justificavam as suas classificações de uma personalidade não apenas em termos de coerência lógica, mas também de justiça, mostrando a inseparabilidade prática entre a apreciação dos fatos e dos valores. O exercício explicitava também os impasses e as soluções que a manipulação ordinária das categorias sociológicas gerava.

Segundo, em trabalhos que investigaram o processo de generalização presente nas causas (*affaires*) coletivas e nos processos de denúncia pública. Em *Les Cadres* (1982), Luc Boltanski se deteve sobre o processo político de definição e delimitação da categoria social dos *cadres*,⁸ cujo sentido é indissociável do contexto francês. A impossibilidade de tradução é reveladora da intenção do autor, a de não tomar as classificações sociais como neutras.

O uso e os limites da categoria são inseparáveis de sua definição prática nos casos concretos. Em *La dénonciation* (1984), Boltanski e colaboradores investigaram o senso crítico das pessoas através de suas cartas de denúncia enviadas ao jornal francês *Le Monde*, com o objetivo de apreender a lógica comum que estava presente em todos os tipos de denúncia: as competências críticas existentes no esforço de generalizar e transformar uma reclamação particular numa *causa* (um *affaire* no francês) visando ao bem comum.

Terceiro, Laurent Thévenot explorou em dois artigos hoje tomados como referência os limites da noção de *coordenação*. A ideia de "investimento de forma" (1986) ampliou a noção de investimento ao problematizar o trabalho de articulação e de formação de equivalências entre elementos heterogêneos, resultando em códigos, normas, padrões, qualificações etc., cuja estabilidade pode servir de parâmetro para o cálculo e para a previsibilidade, evitando assim custos de formatação no futuro. Nesse quadro, objetos (e.g. cronômetro) e convenções (e.g. cronograma de produção) se confundem e são tratados de forma simétrica como dispositivos⁹ que estabilizam um mundo. Por sua vez, a noção de "ação conveniente" ou "ação que convém" (1990) se propunha a pensar a coordenação problematizando a transição entre ambientes íntimos, nos quais as pessoas personalizavam os objetos e os arranjos de acordo com a sua própria conveniência, e públicos, nos quais procedimentos, normas e regras impessoais seriam dotados de uma feição abstrata mais conveniente aos usos e às justificações públicas.

Desde o artigo de Boltanski sobre a denúncia pública, a causa (*affaire*¹⁰) tornou-se um objeto central para apreender o esforço dos atores sociais em legitimar suas críticas na passagem do particular ao geral, do privado ao público e do individual ao coletivo. A busca por reparação e justiça numa causa exige dos atores a (re)qualificação tanto das entidades pertinentes envolvidas na disputa (momento ontológico) quanto do seu valor relativo (momento axiológico). Portanto, era necessário rejeitar qualquer definição *a priori* do objeto estudado: "longe de aceitar a divisão *a priori* entre o que é individual, que seria desde então matéria da psicologia, e aquilo que é coletivo [...], o sociólogo deve tratar a qualificação singular ou coletiva da causa como produto da própria atividade dos atores" (Boltanski 1990:23).

O sociólogo pragmatista se punha então a reconstituir, da maneira mais completa possível, o processo de gestação do espaço crítico dentro do qual a causa se desenrola. Renunciando à tomada de posição para priorizar a interpretação das operações e experimentações dos próprios atores em disputa, ele visa à compreensão das condições de sucesso da crítica — e talvez esteja aí a atividade política que advém dessa "neutralidade engajada" (Heinich 1998). A sociologia *da* crítica, assim, passou a inverter o pressuposto

da sociologia crítica em relação às assimetrias. O estabelecimento de uma simetria formal *a priori* das posições em disputa não teve outra função a não ser a busca pela descrição, com o mínimo de deformação possível, do modo como as assimetrias são feitas, desfeitas e refeitas efetivamente na prática.

Essa inversão implicou também abordar a questão da legitimidade não como uma justificação *a posteriori* das relações de dominação, ou como mera elaboração cínica de interesses estratégicos prévios, mas antes “como parte da competência dos atores” (Boltanski & Thévenot 2000:215), o que permitiu investigar quais os critérios e as operações que os norteavam em seu trabalho de discernir não apenas os argumentos legítimos dos ilegítimos, como também a grandeza ou a insignificância de uma causa, um argumento ou uma denúncia. A legitimidade pública de uma causa, nos termos da sociologia da crítica, passou então a se dar pela sua vinculação ao bem comum e ao seu afastamento dos interesses particulares. Mas não só isso, as demandas públicas passaram a ser ancoradas em evidências e dispositivos que lhe conferiam inteligibilidade, coerência e realidade.

O projeto do livro *De la justification* surgiu precisamente no momento em que a sociologia da crítica evoluiu da análise das *causas* (*affaires*) para a percepção de que existem formas plurais de vinculação ao bem comum. A hipótese foi a de que existiriam outras “ordens de justificação” para além do eixo particular-geral capazes de fundamentar a justiça em bases universalistas. A grandeza enquanto representatividade e extensão de um caso ou de um coletivo passou então a ser uma forma específica dentro de um novo modelo analítico que pluralizava as concepções de justiça e de bem comum. Do modelo proposto em EG, nos deteremos a seguir sobre dois conceitos basilares: o de *cité* e o de *prova*.

O modelo das *cités*: a robustez das críticas ordinárias

O conceito de *cité* talvez seja o mais original e particular e, por isso mesmo, o mais datado do livro *De la justification: économies de la grandeur*. Mas o que exatamente seria uma *cité*? A que necessidades empíricas e conceituais ela responde e por que ela possui tamanha importância para o modelo de EG?

O conceito de *cité* pretende formalizar quais seriam os princípios, transformados em axiomas do modelo, que conferem robustez a uma crítica, a uma situação, a um argumento ou a uma justificação. Mais precisamente, que tipo de arquitetura normativa fundamenta a força de uma ordem situacional ou de um argumento em face das críticas que lhe são dirigidas e vice-versa, e isto tanto em situações ordinárias — brigas íntimas, discussões

na rua, desentendimentos no trabalho etc. — quanto em situações com maior envergadura política, como as grandes causas, as controvérsias científicas ou as denúncias públicas. O formalismo das *cités*, embora empiricamente orientado, expressa uma intenção normativa bem explícita: a de conferir, a partir da sociologia, legitimidade ao discurso crítico dos atores. Em outros termos, trata-se de uma formalização sociológica do analista de uma competência concreta dos atores:

A necessidade de submeter o desenvolvimento do modelo a uma construção formal deriva diretamente da nossa vontade de levar a sério as reivindicações de justiça realizadas pelos atores. Tínhamos que demonstrar a solidez dessas reivindicações e preveni-las de serem facilmente reduzidas a movimentos hipocriticos associados à defesa de interesses particulares ou às ilusões infundadas (Boltanski & Thévenot 2000:210).

Assim, a ideia de *cité* teve por escopo identificar a constituição interna das metafísicas ordinárias mobilizadas no dia a dia pelas pessoas que recorrem a princípios lógicos e a valores que no Ocidente se tornaram hegemônicos e explicitar quais os critérios que marcam sua legitimação no espaço público. As *cités* fazem referência a alguns valores centrais em nossas sociedades ocidentais, tais como a criatividade, a produtividade, a liberdade, o renome, a solidariedade, entre outros, os quais, apesar de constituírem o fundo difuso do nosso senso comum, remetem a determinadas concepções estruturadas do vínculo político, isto é, do acordo comum. Mesmo sem serem exclusivos de grupos ou coletivos, esses valores estariam atrelados a concepções gerais e compartilhadas sobre o que constitui uma ordem legítima. Cada ordem possuiria uma concepção da natureza humana, das evidências de sua realização mundana e das formas apropriadas de ação e relação dos seus momentos de prova exemplares. Também possuiria um repertório dos seres que a compõem, dos seus objetos e dispositivos específicos, dos seus estados típicos de grandeza e de pequenez (ver tabela a seguir).

Como as *cités* fazem referência a mundos cuja coerência interna é incompatível com outras concepções de ordem e de bem comum, seus valores exigem também um engajamento pessoal baseado numa forma de sacrifício específica, uma "fórmula de investimento", assim como a referência a casos típicos de engrandecimento e de declínio.¹¹ A *cité* é, em poucas palavras, uma formalização conceitual que explicita os critérios de robustez das concepções sobre o vínculo político justo, produzidas tanto pela filosofia política quanto pelas formulações mais mundanas. A justiça aqui é uma ideia central para pensar a relação entre as utopias políticas e a sua realização no mundo.

Em EG, o pluralismo pretende se distanciar das teorias da justiça que se propõem a “estabelecer as condições de possibilidade de uma sociedade justa” (Boltanski 1990:81). Diante da diversidade de situações com as quais os homens se deparam na vida cotidiana, tais teorias só poderiam se revelar como construções utópicas (Boltanski 1990) e meramente formais. Mas é justamente com a finalidade de escapar do relativismo dos valores, que os autores propõem o modelo das *cités*. A hipótese do modelo é de que existe uma pluralidade limitada de ordens normativas hegemônicas capazes de compor uma metafísica política que permite aos indivíduos convergirem na direção de um acordo justo e de caráter universalista. Os autores formalizam, ao todo, seis *cités*¹² (ver Tabela 1 na próxima página)

Numa guinada hermenêutica, as *cités* resultam da interpretação de algumas obras canônicas da filosofia política ocidental que teriam sido capazes de formalizar diferentes utopias de um mundo justo, cada qual com sua ontologia, seus sujeitos, seus objetos, suas concepções de grandeza e de justiça. Mas, principalmente, com um princípio de equivalência, ou simplesmente um critério comparativo capaz de definir uma relação específica entre investimento, grandeza e bem comum. O engrandecimento de uma entidade (humana ou não humana) estaria relacionada, portanto, a um tipo específico de renúncia aos bens de outros mundos em prol de uma única concepção de bem comum. A inspiração e a criatividade, por exemplo, são valores centrais no mundo artístico, mas pressupõem uma série de sacrifícios, como a rejeição do hábito e da rotina, da previsibilidade e da constância que caracterizam a produtividade no mundo industrial ou a estabilidade do mundo doméstico (Boltanski & Thévenot 1991:200-206). Uma grandeza jamais atravessa e engloba as demais ordens normativas. Todavia, isto não quer dizer que no mundo os valores e os objetos não estejam misturados. É exatamente porque eles assim estão que, de tempos em tempos, emergem momentos críticos nos quais os atores sociais se lançam a um esforço de depuração do mundo e dos fundamentos que estruturam o seu vínculo social.

Essas situações geram uma incongruência situacional, razão pela qual pessoas, comportamentos ou objetos deslocados — celebridades em situações prosaicas, ex-presidentes e *best-sellers* na Academia Brasileira de Letras, presentes íntimos para o chefe, citações poéticas numa decisão judicial, o passo rápido numa galeria de arte, ou a avareza minuciosa numa relação entre amigos — geram falatório, mal-estar, fofocas, rumores, brigas ou mesmo conflitos mais amplos. Exatamente porque dominamos as gramáticas que perpassam essas situações, sabemos que a arte, a política, a vida familiar e o trabalho são domínios distintos, com suas regras próprias, seus interditos e suas exigências e configurações específicas. E mais, possuímos uma noção compartilhada de que

Tabela 1

<i>Cités</i>	Obra filosófica	Guia contemporâneo	Humanidade comum	Relação elementar
Inspirada	<i>Cidade de Deus</i> (Santo Agostinho)	Guia de criatividade, escrito por um consultor	Inquietude da criação, amor, paixão, criatividade	Paixão, inspiração
Doméstica	<i>Política tirada das Santas Escrituras</i> (Bossuet)	Guia de boas maneiras	Naturalidade do hábito, caráter, bom senso	Confiança
Opinião	<i>Leviatã</i> (Hobbes)	Guia de relações públicas	Desejo de ser reconhecido, amor-próprio	Reconhecimento, persuasão
Cívica	<i>O Contrato Social</i> (Rousseau)	Guias sindicais	Aspiração aos direitos cívicos, políticos e de participação	Representação, solidariedade
Industrial	Obras de Saint-Simon	Guia de produtividade	Trabalho, energia	Vínculo funcional
Mercantil	<i>Teoria dos Sentimentos Morais</i> (Adam Smith)	Guia de <i>marketing</i>	Interesse, amor pelas coisas, desejo, egoísmo	Competição, troca, relações de negócios
Projetos	Obras da "nova gestão empresarial" (década 90)	Idem (<i>cité</i> em formação)	Desejo de conectar-se	Conexão

alguns canais são mais apropriados que outros para solucionar uma situação de embaraço, desentendimento ou injustiça: conversa, apelo à autoridade local, registros, restituição, pedido de desculpa, contestação judicial, sugestões etc.

Embora sejam plurais, as *cités* estão ancoradas em um denominador comum do modelo: "esses diferentes princípios de grandeza têm uma estrutura subjacente ou, se quiser, uma *gramática* comum" (Boltanski 2009:52). EG propõe um modelo formal com uma arquitetura capaz de problematizar os limites e os constrangimentos que os atores sociais enfrentam ao definirem uma representação comum do mundo, ao buscarem um acordo acerca do valor relativo daquilo que está em jogo, ou ao buscarem um princípio transcendente e organizador de suas práticas.

A noção de *gramática* é amplamente utilizada pela sociologia pragmática francesa.¹³ É verdade que, em EG, sua utilização foi mais de ordem

Estado de Grandeza	Momentos de Prova	Formato da informação relevante	Declínio (pequenez)
Graça, indizível e etéreo, insólito, inquietante	Aventuras interiores, buscas e jornadas espirituais e experiências vividas	Emocional, espontâneo	Rotinação, hábitos, volta à "realidade", reprodução
Posição hierárquica, distinção, respeito e estima pessoal	Cerimônias familiares, celebrações, nomeações	Oral, exemplar, anedota	Indelicadeza, falta de consideração, traição
Celebridade, renome, visibilidade, fama	Apresentação, coletiva de imprensa, lançamento, grande visibilidade	Semiótico	Banalização, esquecimento, anônimo
Representativo, legal, unitário, oficial	Eleições, assembleia, manifestações, causa pública	Formal, oficial	Divisão, isolamento, individualismo
Funcional, eficaz, produtivo	Teste, controle, execução, implementação	Mensurável: critérios, estatística	Amadorismo, improdutivo, aleatório, pane
Desejável, preço, riqueza	Fechamento de negócios, transações e contratos	Monetário	Desvalorização monetária, pobreza, perda de liquidez
Móvel, engajado, flexível, polivalente	Passagem de um projeto a outro	Número e complexidade de conexões	Rigidez, fechamento, imobilidade, enraizamento

metafórica do que propriamente uma reflexão aprofundada que explorasse todas as consequências de seu aporte para a sociologia.¹⁴ A abordagem gramatical em EG pretende oferecer uma "representação organizada" dos fatos retirados de um *corpus*, revelando uma lógica capaz de integrá-los de maneira inteligível, estabelecendo seus traços pertinentes e os "esquemas generativos cuja organização define um modelo de competência" (Boltanski 2004:16). Trata-se de problematizar a vigência contingente e sempre problemática das regras e, por isso mesmo, modelizar as competências apenas a partir dos seus usos concretos e específicos. Por outro lado, o uso da noção de gramática está inserido num esforço de escapar do relativismo, pois as regras que compõem uma gramática, muito embora apenas se atualizem nas situações particulares, são a elas irredutíveis no sentido em que não são refeitas *ex nihilo* a todo momento.

A fim de dar conta da pluralidade limitada das *cités*, Boltanski e Thévenot realizam um vai e vem entre a tradição e a prática. Eles são informados pelos dados empíricos recolhidos em situações de disputa que proporcionaram uma visão dos tipos de justificações mais frequentemente utilizadas pelos atores em situações conflitivas cotidianas. Por outro lado, recorrem a diversas obras da filosofia política ocidental, as quais se tornaram parte de nossa tradição pelo trabalho de sistematização e interpretação dos nossos mundos.¹⁵

As obras canônicas da filosofia política são utilizadas como recursos heurísticos para a interpretação e a exposição das formas plurais de vínculo. É necessário ressaltar aí dois movimentos de interpretação: um original, no qual os próprios filósofos operam sobre tendências de um mundo em transformação e, em seguida, formalizam um único princípio de justiça, desdobrando-o até suas últimas consequências. Nesse movimento, depuram a realidade produzindo utopias em torno de um só princípio; o segundo movimento é o da apropriação desses textos por EG, numa perspectiva de tratá-los simetricamente, enquadrando-os num mesmo modelo formal. Um tipo de vínculo não tem prioridade sobre os demais, embora algumas *cités* estejam historicamente em processo de formação e outras perdendo sua hegemonia em terrenos específicos. Em contrapartida, é possível argumentar que a formação de Boltanski, sociólogo, e a de Thévenot, economista, os levam a ressaltar as tensões existentes na dicotomia entre o holismo sociológico e o individualismo econômico, e a investigar tanto as origens pragmáticas do vínculo social quanto os fundamentos morais da ação coordenada na esfera econômica. Noções como “investimento” e “bem comum” são termos típicos da tensão entre o sacrifício individual e a coordenação coletiva.

EG pretende pensar como os atos críticos atualizam as tradições segundo constrangimentos situacionais, numa tensão entre a postura de suspeita e o compartilhamento de um sentido. Trata-se de uma tradução microsociológica da dimensão normativa da filosofia política que se desvincilha do caráter utópico desses textos a fim de compreender essas metafísicas em sua forma realizada ou atualizada, quer dizer, a partir de sua atualização ancorada no agir criativo das pessoas.

Entre a rotina, o hábito, a catástrofe e o trauma: a noção de prova

Na perspectiva pragmática, o mundo é analisado a partir das suas rupturas, nos momentos em que as fissuras revelam as tensões normativas subjacentes. São nesses momentos críticos que concepções de justiça divergentes afloram

e explicitam a fragilidade dos arranjos sociais, problematizando o lugar, a natureza e a ordem (ou as grandezas) das pessoas e dos objetos. No entanto, ao contrário da etnometodologia¹⁶ que, em seu apelo radical à contingência, se restringe à esfera microssituada, o modelo proposto por Boltanski e Thévenot pretende revelar os elos que atam o nível situacional às tradições e suas concepções de bem comum, aos limites que incidem sobre o processo de legitimação pública, assim como aos dispositivos trans-situacionais que ordenam e estabilizam um mundo justo.

Esses dispositivos são centrais sobretudo nos *momentos de prova*. Mas o que Boltanski e Thévenot entendem como noção de *prova*? Uma breve incursão sobre o sentido da palavra "prova" pode nos ajudar. Esta palavra, na língua portuguesa, possui três sentidos distintos que, no francês, estão ligados a duas palavras diferentes: *preuve* e *épreuve*. O primeiro sentido, mais imediato, se refere àquilo "que demonstra que uma afirmação ou um fato é verdadeiro; evidência, comprovação" (Houaiss). O exemplo que logo nos vem à mente é o da prova científica. Pode-se falar em prova, quase no mesmo sentido, se pensarmos no mundo legal do direito. Neste caso, prova é definida como "fato, circunstância, indício, testemunho" que aponta para a facticidade de um determinado evento ou acontecimento. Este é o sentido que corresponde à palavra *preuve* no francês.

Mas há também dois outros sentidos de *prova* que equivalem, em francês, à palavra *épreuve*. O primeiro refere-se àquilo que coloca um determinado estado de coisas à prova. A prova esportiva e a prova escolar são, talvez, os melhores exemplos. Prova, neste sentido, refere-se sobretudo a "qualquer experimento para verificar ou testar a qualidade de uma coisa" (Houaiss). A competição esportiva, por exemplo, impõe um estado de indeterminação inicial a ser resolvido pelo desempenho dos participantes no curso da própria prova. Apenas uma vez terminado o teste que a prova impõe é que se pode estabelecer uma ordem entre os competidores. São, portanto, os elementos internos ao dispositivo de prova que permitem estabelecer uma "ordem de grandeza" que, ao (e exatamente por) respeitar certas regras predefinidas e conhecidas por todos, é considerada como justa. Por isso, quando há um elemento externo que produz efeitos decisivos sobre a prova (o *doping*, por exemplo), se diz que o resultado foi injusto.

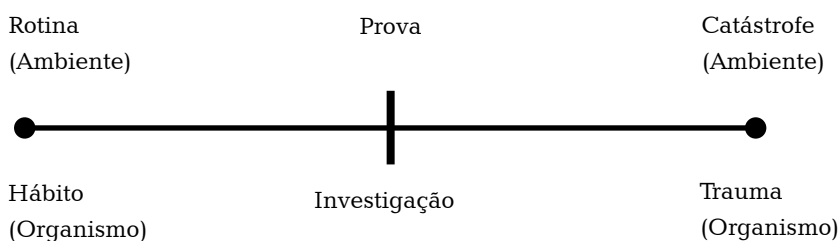
Há, por fim, um terceiro sentido intrinsecamente ligado a este segundo: a prova é também um momento de experimentação que se dá, com o perdão da redundância, no universo da experiência das pessoas envolvidas na prova. A definição no Houaiss que mais se aproxima é a que se refere ao "ato de provar" (uma roupa, uma comida). A prova esportiva, por exemplo, é experimentada pelo ator, isto é, ela é uma experimentação do próprio atleta a

respeito de suas capacidades. É nela que ele apreende e aprende aquilo do que ele é capaz. A prova, neste sentido, é um dispositivo de experimentação e de revelação de capacidades.

Desta forma, é através destes dois últimos sentidos ligados à palavra francesa *épreuve* que o conceito de prova é utilizado em EG para problematizar a indeterminação que, de tempos em tempos, se apresenta para os atores no mundo social e que diz respeito ao valor relativo (ou grandeza, como preferem os autores) das pessoas e dos objetos. Já a prova, no sentido de evidência, indica tanto os fatos já estabilizados e que formarão denúncias, dossiês, processos, casos e causas públicas quanto os indícios não questionáveis que nos confirmam a realidade de um mundo relativamente estável.

Assim, *épreuve* aponta para um presente incerto em sua resolução e *preuve*, para os marcos estabilizados no passado e estabilizadores das situações presentes: ambos os conceitos permitem pensar a realidade a partir da *indeterminação relativa*¹⁷ que lhe é constitutiva. A tensão entre os dois sentidos é fundamental para dar conta da relação entre a incerteza da vida social e a recorrente necessidade de se estabilizarem os acordos. Se pudéssemos fazer uma escala com dois extremos (figura 1), o momento de prova (*épreuve*) marcaria a indeterminação existente entre a rotina e o hábito, de um lado, e a catástrofe e o trauma, de outro:

Figura 1



Além disso, é a noção de prova que permite, como veremos adiante, pensar num mesmo marco teórico tanto as relações de força quanto as ordens legítimas (Boltanski & Chiapello 1999:73). Portanto, a pergunta que motiva o uso do conceito é: como os atores buscam construir a estabilidade do mundo social sem, no entanto, engessá-lo? Como definir o valor de alguém sem transformar suas qualidades em uma substância fixa ou colocá-las à prova a todo instante? Uma visão mais consistente do mundo, segundo a

sensibilidade pragmatista que remonta ao mundo da experiência pura de William James ou ao naturalismo de John Dewey, reconhece a realidade como um fluxo contínuo de estabilidades e instabilidades. Em outros termos, a realidade é sempre dotada de uma indeterminação relativa, e há momentos em que essa indeterminação é experimentada pelos atores, motivando uma atividade, uma agência, uma *investigação*, como diria John Dewey, com vistas à obtenção de uma nova estabilidade. Assim, o conceito de prova visa dar uma resposta ao problema da incerteza da vida social sem reduzi-la *a priori* a um universo etnometodológico no qual todos os elementos da ordem social são permanentemente renegociados (Garfinkel 1967), ou a um universo neo-objetivista (Bourdieu 1980) em que as entidades e seus respectivos valores são previamente demarcáveis por uma estrutura objetiva de relações.

Por isso, a importância e a ênfase nos momentos críticos. Em termos mais prosaicos, os momentos críticos referem-se às situações nas quais os atores se dão conta de que as coisas não vão bem, de que não é possível prosseguir do mesmo modo, mas que, ao contrário, é preciso agir, fazer alguma coisa, interrompendo a ação presente e mobilizando recursos para retomar um curso de ação adequado, já que a ordem atual gera incômodo ou inquietação intolerável. A prova, portanto, não se reduz às situações de prova formais, pois as coisas, as pessoas e as situações podem ser colocadas à prova de diversas maneiras. A situação de prova — aquela indeterminada que clama por sua resolução — pode ocorrer de forma institucionalizada, mas ela pode também acontecer em razão do acúmulo de dissonâncias, anomalias, problemas infinitesimais que, a partir de um determinado momento, geram uma indeterminação que não mais pode ser ignorada.

Mas pode ser ainda que a prova seja gerada por um evento que rompe bruscamente com as expectativas e introduz uma perturbação crítica irremediável, como um acidente — nuclear, ambiental, de carro, o “ser pego no flagra” numa traição — ou uma pane — *bugs*, falta de energia, mal-estar, crise de pânico. Como salienta Latour, as situações de prova “podem vir de inovações que introduzem um novo objeto no ambiente para o qual os espíritos não estão preparados”, tal quando um “romancista hábil inventa mundos materiais que contrastam com os usos e os costumes do mundo atual”, ou quando a arqueologia “retira da terra artefatos sem nenhum uso” (2010:45). Aqui, a situação de prova é resultado de acontecimentos e interferências inesperadas que introduzem uma indeterminação.

Diante de certos desacordos, anomalias, rupturas ou disputas e querelas há várias atitudes possíveis. Os indivíduos podem agir de forma violenta, tentando resolver o problema “à força”, “na marra” ou, dependendo do caso, “no tapa”; pode ser que, igualmente, o indivíduo, embora com razões

publicamente reconhecíveis para reclamar, resolva perdoar o outro ou apenas “deixar o problema pra lá”, “fingir que nada aconteceu” e “esquecer de tudo”.¹⁸ Mas pode ser também que os indivíduos tentem buscar uma solução e, no caso de desacordos intersubjetivos, convirjam na direção de um acordo justo. Neste último caso, eles devem argumentar, ponderar, ou buscar um “princípio superior comum” que goze de relativa aceitabilidade pública.

O modelo das *cités*, apesar da pluralidade proposta, ainda assim não trata de maneira convincente da emergência e da formação de valores, enfatizando as formas hegemônicas da crítica e da justificação. As situações de prova privilegiadas em EG são justamente aquelas que mobilizam um horizonte comum de referências normativas e de expectativas que mobilizam o repertório de uma *cité*. Portanto, diferentemente da utilização que Bruno Latour (1984) faz do conceito de prova, expressa em suas reflexões metafísicas, para Boltanski e Thévenot importam os momentos de prova cujo modo de resolução envolve a referência a uma “prova de justiça”. Importam, sobretudo, os momentos de prova cujas modalidades de resolução abrangem investigações axiológicas dos atores. Eis porque eles não falam simplesmente em *provas de força*, mas em *provas de grandeza*.

Como bem explicitam Boltanski e Chiapello, as provas de grandeza distinguem-se das provas de força por incluírem um espaço para o juízo moral: “enquanto a atribuição de uma força define um estado de coisas sem nenhuma coloração moral, a atribuição de uma grandeza pressupõe um juízo que não só tange à força respectiva dos seres presentes, mas também ao caráter justo da ordem revelado pela prova” (Boltanski & Chiapello 1999:74). Enquanto a prova de força se define apenas pela resistência que se apresenta no choque relacional de forças, a prova de grandeza pressupõe um trabalho de identificação e distinção dos diferentes tipos de força, e a especificação do que se quer provar, com a eliminação de forças estranhas: “assegurar a justiça de uma prova é formalizá-la e controlar sua execução com o objetivo de impedir que seja parasitada por forças exteriores” (Boltanski & Chiapello 1999). A legitimação do uso da força ou, ao contrário, a denúncia da violência oculta em relações aparentemente pacíficas são processos de qualificação da força e da grandeza através das noções de justiça.

A noção de prova é também um recurso metodológico, pois os momentos de prova tendem a tornar visíveis para o analista os critérios sensíveis e os princípios de avaliação de que fazem uso os atores em suas ações cotidianas habituais. Nas palavras de Boltanski e Thévenot:

as grandezas [ou valores] tornam-se particularmente proeminentes nas situações de disputa, tais como se pode observá-las nas inúmeras ocasiões da vida

cotidiana. Caracterizados por uma inquietude sobre a avaliação das pessoas, esses momentos são propícios à localização dos modos de qualificação (1991:26).

Nesse sentido, as provas são momentos de (in)definição — ou, antes, momentos de incerteza que exigem definição — em que as equivalências gerais, os critérios de mensuração, os objetos e os dispositivos são articulados num esforço de qualificar a grandeza das pessoas, transformando *fortes* em *grandes* e transformando a força arbitrária em grandeza legítima. Elas expressam o momento em que os atores (re)experimentam e (re)definem a si próprios, os outros e o mundo. E se nem todo momento de prova é um momento crítico — como nas provas mais institucionalizadas e rotineiras — pode-se dizer que todo momento crítico é um momento de prova. E aqui é importante ressaltar os diferentes graus de indeterminação, evidentes quando comparamos a crítica externa, que contesta o formato ou o sentido das provas pleiteando uma definição mais radical, com a crítica interna, que contesta apenas o resultado ou o funcionamento da prova.

Outro ponto importante que convém sublinhar é que a prova implica não apenas troca de argumentos, mas também a mobilização, ou mesmo o recurso aos objetos. A introdução dos objetos na problemática do vínculo social permite à análise pragmática transitar entre os níveis micro e macro, pois os objetos, mesmo atuando localmente, se inscrevem nas equivalências gerais, as representam e lhes dão solidez. Os objetos são, portanto, os suportes que dão estabilidade à coordenação das ações (Dodier 1993a). Os objetos impõem constrangimentos à ação e não podem ser reduzidos a “suportes arbitrários disponíveis aos investimentos simbólicos das pessoas” (Boltanski & Thévenot 1991:30). Nem as pessoas e nem as coisas possuem atributos fixos, muito embora a sua plasticidade tenha limites bem definidos ditados pela configuração da ação e da situação. Afinal, se é verdade que a imagem bourdieusiana de um mundo estático preso à lógica da reprodução não parece muito realista, o mundo não seria humanamente habitável se fosse um fluxo ininterrupto de controvérsias e incertezas sobre todos os seus elementos.

Um primeiro passo além do modelo de EG: os regimes de ação e os modos de engajamento

Ao rejeitar uma visão global da integração social assim como uma matriz única de explicação das ações, EG propõe um mundo plural não apenas no sentido das suas tradições e concepções de justiça, mas também em relação às suas modalidades de ação e de engajamento. A temporalidade longa e

algumas categorias usuais das ciências sociais são questionadas por uma visão que concebe a plasticidade dos atores sociais, a sua competência em ajustar-se às situações e também a forma como eles transitam entre diferentes regimes de ação. No entanto, cabe ressaltar que o modelo das *cités* não supera efetivamente uma "visão global", pois é um quadro de "pluralidade limitada", como vimos, e pretendem dar conta de modos de integração e de justificação considerados hegemônicos no Ocidente.

Em EG, o eixo principal é o regime de justiça, mas as pessoas não passam sua existência numa atitude contínua de suspeita e crítica. Por isso, Luc Boltanski em *L'amour et la justice comme compétences* (1990) e Laurent Thévenot em *L'action au pluriel* (2006) propõem a modelização de outros regimes de ação e de outras formas de engajamento visando clarificar o fluxo das ações, distinguindo os vários registros práticos nos quais os atores transitam: a gratuidade, a violência, a paz, a busca por justiça, a familiaridade etc.¹⁹ Esta segmentação evita que a lógica da ação seja reduzida a um único móvel. Assim, a interpretação da violência, por exemplo, não contamina ou reduz a lógica própria dos momentos de justificação ou de gratuidade.

O regime de justiça é central porque é nele que os atores sociais fazem uso da palavra e problematizam os fundamentos do vínculo social. Mas a definição desse regime fica mais clara sobretudo ao observarmos suas fronteiras, principalmente em relação à violência, à paz e à rotina. Em *L'amour et la justice comme compétences* (1990), Boltanski define quatro regimes: o de justiça; o de violência; o de rotina; e o de ágape.

O regime de violência é definido como um estado de conflito que se desenrola para além do simbólico e de qualquer critério moral de equivalência. Nele prevalecem as provas de força, a imprevisibilidade e o arbítrio, pois inexistem conflitos regulados por imperativos morais: "as coisas na violência — quer dizer, também as pessoas quando se encontram nesse estado — já não são coisas humanas, estabilizadas por sua associação com os homens, mas seres naturais, forças da natureza" (1990:110). Pode-se aproximar esse estado do devir puro (Deleuze 1969), no qual apenas há diferenças intensivas e uma multiplicidade de singularidades em ebulição.

Na mesma obra, a paz é definida através de dois regimes: o do ágape e o de rotina (*justesse*). O primeiro regime é indiferente às equivalências, ao cálculo e à memória. Trata-se do momento da gratuidade pura, quando as pessoas são incomensuráveis e as previsões da retribuição são inibidas. Assim como na violência, aqui as pessoas rompem as equivalências da justiça. Fiel à hermenêutica, Boltanski faz uso da tradição cristã e da noção de ágape para modelizar um regime de ação no qual o amor está presente na sua forma mais pura e irreal, o da gratuidade total. A figura do perdão cabe

aqui, pois pressupõe um ato de esquecimento, assim como a efusão emotiva que caracteriza o reconhecimento das pessoas enquanto tais, “sem o apoio das equivalências, desaparecidas com os objetos que lhe serviam de suporte” (1990:115). Aqui, as coisas são subordinadas ao valor das pessoas enquanto tais, numa interpretação um tanto problemática da lógica da dádiva a partir da tradição cristã.²⁰

O segundo regime de paz, o de rotina (*justesse*), se caracteriza pelo funcionamento tácito das equivalências no uso das coisas. Tem vigência aqui um estado de rotina no qual as configurações ambientais e orgânicas operam de forma harmônica. Os corpos funcionam no modo habitual e as coisas, em sua configuração rotineira. O estado de coisas é, nas palavras de Schutz, “tomado como óbvio” (*taken for granted*), e as incoerências e os desajustes, se “vistos, não são notados” (*seen but unnoticed*), como diria Garfinkel. As coisas, por sua estabilidade, firmam as ações de acordo com convenções previamente estabelecidas — e.g., rituais de cumprimento, o cronograma dos trens, os sinais de trânsito etc. Nesse regime, as coisas têm prioridade em relação às pessoas que não fazem uso da linguagem para explicitar os acordos: “não [são] só os instrumentos interiorizados, inclusive incorporados, mas também as coisas que, à sua maneira, ou seja, silenciosamente, estabilizam o vínculo entre as pessoas” (Boltanski 1990:112-3). Na rotina, há uma reiterada afinidade ontológica entre as expectativas habituais dos corpos, as convenções tácitas e os arranjos e os agenciamentos interobjetivos do ambiente.

Em contraste com os demais, o regime de justiça se posiciona na bifurcação do público, da regulação dos conflitos, da perturbação dos arranjos rotineiros e da “perda de inocência” da gratuidade.²¹ Se cada regime pode igualmente corresponder a uma postura do ator — gratuidade irrefletida, uso automático das coisas, uso da força, acomodação familiar — a justificação se caracteriza pela expressão verbal e reflexiva motivada pela suspeita, por uma acusação, pela indignação ou por uma exigência de prestação de contas. Nesse regime, a suspeita se perpetua num desdobrar incessante de novas evidências, argumentos e perturbações causadas por fatos impuros e seres intrusos, conduzindo à investigação incessante do mundo, em desdobramentos cada vez mais profundos. Esse regime pretende modelizar as ações que caracterizam as causas (*affaires*), as denúncias públicas, as suspeitas pessoais, os desajustes problemáticos etc.

Ao contrário da rotina, as coisas são manipuladas e mobilizadas como evidências (*preuve*) ou como dispositivos reguladores dos momentos de prova (*épreuve*): “nessas disputas, as pessoas não falam jamais somente por elas mesmas. Elas são a princípio porta-vozes das coisas que as rodeiam” (:114).

Aqui a crítica e a justificação estão intimamente associadas: "a exigência de justificação está, na verdade, indissociavelmente vinculada à possibilidade da crítica" (:66). Indo além, podemos dizer que a justificação é também um esforço de estabilizar os elementos apurados por uma investigação associada aos momentos críticos, aos distúrbios, às anomalias, e às incertezas acerca da realidade.

Paralelamente, Laurent Thévenot (1994, 2006) recorre à noção de "regimes de engajamento" para modelizar as diferentes relações de proximidade que estabelecemos com o ambiente, da familiaridade ao distanciamento público. Nas palavras do autor, seu "programa visa explorar metodicamente os diferentes modos por meio dos quais as pessoas regulam seu ajuste com um ambiente que comporta coisas, outros seres humanos e outros viventes não humanos" (1994:79) Trata-se de pensar num mesmo *continuum* as formas de coordenação da ação nas relações íntimas e familiares, quando os objetos são quase extensões do próprio corpo, e nas situações públicas, que envolvem padrões mais gerais e impessoais, independentes dos gostos e costumes pessoais.

Num polo, a pessoa, suas preferências pessoais, e a impossibilidade de expressão verbal das idiossincrasias incompreensíveis para um estranho; noutro, o indivíduo e a impessoalidade das regras e padrões, definindo usos e procedimentos acessíveis a um recém-chegado, expressas numa linguagem geral. Interessa a Thévenot as passagens entre um regime e outro, como quando somos obrigados a explicar a alguém como utilizar um ambiente cheio de truques e macetes próprios de uma modalidade de agir em que o nosso corpo e o ambiente encontram-se integrados. Essas acomodações familiares se opõem, mas convivem com o regime de justificação tratado em EG. Num mesmo ambiente de trabalho, por exemplo, a tensão é viva entre a exigência de justificação pública ou, ao menos, de funcionalidade padronizada e as exigências próprias dos usos contingentes e personalizados dos objetos e das relações pessoais.

Ao enfatizarem a modelização dos regimes,²² Boltanski e Thévenot perdem a riqueza dos momentos de transição. Embora os autores reconheçam o valor heurístico desses rearranjos e dessas passagens entre diferentes regimes — quando afirmam que "é o rearranjo na percepção do mundo proveniente de um deslocamento rápido de um regime a outro que dá a ilusão de uma verdade óbvia" (Boltanski & Thévenot 1999:362) — eles não os analisam no quadro das próprias interações e dos processos situados. O fim da disputa, a constituição da confiança mútua, a singularização dos seres, a irrupção da violência e a crise de identidade são alguns processos que se tornam opacos quando os autores privilegiam a modelização no lugar dos processos.

As forças e as fraquezas de EG

Nas últimas duas décadas, diversos trabalhos desdobraram o modelo de EG expondo suas potencialidades e fragilidades. Embora de maneira breve e um tanto seletiva, apontaremos alguns temas importantes que o modelo deixa em aberto e que, se não são inconciliáveis com ele, ainda assim criam tensões não resolvidas.

O momento da crítica

Quando a crítica é tomada como objeto sociológico, as fronteiras entre a crítica sociológica e as críticas ordinárias desmoronam. A sociologia perde a capacidade de fundar uma posição de exterioridade a partir de um "laboratório" produtor de explicações distanciadas e não interessadas dos conflitos: "o laboratório não é nunca suficientemente poderoso, nem o método suficientemente rigoroso, para afastar qualquer risco de ver o adversário revelar por sua vez as ilusões do autor" (Boltanski 1990a:127). Na medida em que numa sociedade crítica "a realidade que conhecem os atores e a realidade que o investigador revela não são mundos reciprocamente opacos" (Boltanski 1990:46), nada impede que a crítica sociológica seja incorporada às críticas cotidianas, ou que estas denunciem os limites daquela.

A proposta de uma sociologia da crítica, mesmo questionando o corte epistemológico operado pela sociologia crítica — aquele que supunha uma superioridade da crítica sociológica — ainda assim preservou implicitamente uma divisão do trabalho em que a teoria crítica foi resguardada como modelo da crítica. A sociologia da crítica se forma em oposição à sociologia crítica e ao mesmo tempo persegue sua intenção fundamental (Boltanski 2009:13). A referência é a crítica que revela os mecanismos implícitos e no mais das vezes inconsciente da "dominação social". Na sua forma sociológica explicita as "contradições imanentes" de uma "ordem social" (Boltanski 2009:17-8) e tem como objetivo "tornar a realidade inaceitável", sendo a reflexividade o fio condutor da emancipação (:20). Já em EG essa solidariedade de fundo é explícita: "longe de nos queixarmos dos engajamentos do sociólogo crítico, antes nós o censuraríamos por não levá-los até o fim" (Boltanski 1990:51). Ir até o fim aqui implica tanto explicitar as próprias posições ético-políticas quanto questionar a neutralidade dos dados e dos métodos sociológicos (cf. Desrosières, Goy & Thévenot 1983). E também levar a sério a crítica dos atores, explicitando o lugar e os limites da crítica sociológica, assim como o seu momento. Trata-se da sensível questão de pensar a relação entre a crítica e a descrição.

Em *De la critique*, Boltanski afirma que a teoria crítica teria sido capaz de "tornar a realidade inaceitável" através do uso de instrumentos de totalização, mas com a condição de priorizar sua orientação normativa e colocar em segundo plano as "exigências de descrição" (2009:47). A potencialidade crítica da sociologia pragmática estaria associada, por outro lado, à sua capacidade de tirar partido do ponto de vista dos atores, revelando a distância entre as suas expectativas morais e o mundo tal qual ele é. Porém, haveria um limite a partir do qual a ambição crítica da sociologia deveria ultrapassar o horizonte dos atores, e aí reside o dilema da sua intervenção.²³

A teoria crítica, segundo Boltanski, precisa tanto ir ao encontro das críticas ordinárias²⁴ quanto produzir pontos de apoio suficientemente distanciados e autônomos em relação a elas. Ela deve ir além das sociologias empíricas e forjar um "objeto de síntese" que reconstrói as assimetrias de poder em suas formas "diversas, parciais, locais ou transitórias" num ponto de vista da totalidade, capaz de revelar as "assimetrias profundas e duráveis que, apesar de tomarem diferentes aspectos em diferentes contextos, se reduplicam sem cessar até colonizar a realidade em seu conjunto" (:16-7). A abordagem pragmática, por sua vez, seria insuficiente para satisfazer as ambições de emancipação social, uma vez que não fornece uma posição de externalidade em relação à ordem social.

Embora não explorem explicitamente a normatividade do modelo, Boltanski e Thévenot reconhecem a sua presença em EG: "construído como uma ferramenta de elucidação do senso ordinário de justiça, o modelo das ordens de grandeza pode ser integrado numa orientação normativa" (2000:210). Se EG não propõe um novo modelo de justiça, nem uma denúncia das formas de violência, de dominação ou dos mecanismos da desigualdade, ele realiza, e aí reside seu movimento crítico inicial, o esforço de "seguir os atores", de levá-los a sério, de tirar a sociologia do pedestal e recolocá-la firmemente "na vida de todos os dias" (Boltanski 2000:174), o que torna a hipótese de uma passividade política da abordagem pragmática no mínimo apressada.

Como apontam Lemieux e Barthe, são vários os movimentos críticos da abordagem pragmática, o mais central deles sendo "restituir a pluralidade das formas que a crítica pode tomar" (2002:37), sem reduzi-las ou convertê-las à perspectiva sociológica. Seguir os atores não restringe o sociólogo a uma postura passiva, pois seu trabalho não se limita a registrar os argumentos e os vocabulários dos atores, mas também "restituir as condições de felicidade da crítica, quer dizer, elucidar as condições que uma crítica deve preencher para ser avaliada positivamente no espaço público e produzir nele efeitos políticos" (2002:37). Ou ainda refletir sobre os constrangimentos suscetíveis de entravar (ou os fatores capazes de favorecer) o desenvolvimento das

capacidades críticas. Indo além, podemos dizer que a perspectiva pragmática permite explorar as formas de engajamento público e institucional dos atores, observando de forma mais apurada quais os constrangimentos locais e como eles operam, expondo as especificidades das formas de coerção, ou do exercício e justificação do poder.

O princípio de simetria permite colocar no mesmo patamar das críticas consolidadas aquelas consideradas "marginais" e "minoritárias", sem "imputar *a priori* mais peso a tal argumento ou a tal recurso" (2002:38). A simetria não implica "neutralidade política", mas simplesmente "imparcialidade metodológica". Este princípio pode conduzir também a uma "arqueologia da crítica", que resgata vozes críticas esquecidas pela história e "desnaturaliza os enunciados que parecem mais estabilizados" (2002:38). Fornecendo bons instrumentos e informações para que os atores exerçam plenamente sua atividade crítica, a sociologia pragmática se reencontra com o pragmatismo clássico que, ao menos na versão deweyana expressa em *Public and its problems* (1927), sublinha a atividade democrática não tanto pelo viés institucional, mas como uma espécie de civismo ordinário praticado por atores competentes concernidos por problemas coletivos que os afetam direta ou indiretamente.

O questionamento da fronteira programática com a teoria crítica exige o reconhecimento da potencialidade da "crítica imanente" (Benhabib 1986:105-108). Esta não pretende formular critérios externos para romper com teorias, valores, ideologias ou críticas já existentes, mas explorar suas inconsistências internas e seus limites, e assim dotar de coerência e robustez as formulações já existentes. Esse potencial em EG se realiza em parte pela via do pluralismo, na relativização das utopias, e em parte pelo próprio movimento pragmático de explicitar os conflitos normativos já existentes no mundo. Além disso, ao opor mundos e metafísicas políticas, é possível reconhecer os limites práticos e os pontos de tensão entre diferentes concepções de justiça.

Trajatórias e processos de longa duração

Outro ponto não contemplado pelo modelo de EG e bastante criticado posteriormente é a incapacidade para lidar com indeterminações e processos de longa duração. Ao reduzir o seu aporte analítico ao estudo de situações de curta duração, e assim aderir a um "situacionismo metodológico", perdeu-se com isso a possibilidade de trabalhar com as controvérsias ou os problemas públicos de longa duração. Um problema não necessariamente se reduz a

uma situação particular, e há casos em que ele se desdobra no tempo e ao longo de múltiplas situações. Tal é o caso, por exemplo, de assuntos coletivos controversos como o clima, os organismos transgênicos, o amianto, a questão nuclear (Chateauraynaud 2011) etc. Trata-se de problemas coletivos duráveis cuja temporalidade se estende por anos, décadas, e cujo modo de encerramento não é apenas, a princípio, indeterminado, como também não tem o seu modo de encerramento dado pela referência a um princípio moral de caráter universalista.

Diante disso, uma pergunta que permanece em aberto é: como pensar os desacordos duráveis, quer dizer, aqueles que transcendem o âmbito das ações situadas? Também como pensar outras formas ou modalidades de encerramento da controvérsia que não aquelas em que se faz apelo aos princípios morais (às *cités*)? Francis Chateauraynaud, em livro com Christian Bessy, *Experts et Faussaires* (1995), descreve as situações em que o encerramento de uma disputa ou controvérsia não se dá por meio das *investigações axiológicas*, mas sim *ontológicas* dos atores. Ou seja, eles descrevem as situações em que os indivíduos têm o seu senso de realidade perturbado e, assim, agem para findar com a indeterminação fazendo apelo a uma economia da percepção capaz de atestar a facticidade das coisas e dos objetos. Nesse sentido, não são as metafísicas ou os princípios morais que importam, mas os dispositivos sensoriais e sociotécnicos de produção da condição tangível capaz de atender à expectativa do senso de realidade dos atores. Seguindo o mesmo raciocínio, Chateauraynaud (2004) mobiliza a ideia de "prova de tangibilidade" para descrever controvérsias e situações críticas cujo modo de encerramento se dá pelo próprio retorno tangível das coisas.

Além da questão das crises e dos problemas de longa duração, o indivíduo é outro ponto cego na sociologia pragmática. Ora, se é verdade que as abordagens mais recentes da sociologia pragmática têm conferido um privilégio às crises coletivas de longa duração (Chateauraynaud 2011; Clavérie & Boltanski 2007), o tema da formação e das crises de identidade do indivíduo não está presente. Mas seria mesmo possível fazer uma abordagem pragmática em escala individualizada?

Uma exceção entre esses autores é Michael Pollak, que nos parece singular na medida em que abre uma alternativa, tanto em seus textos sobre a Viena do fim do século e sobre os campos de concentração quanto sobre a homossexualidade, para se pensar uma *pragmática da identidade*. Ao falar da "identidade ferida" (*identité blessée*), Pollak nos parece o único autor que intenta forjar um quadro de análise que enfoque o modo como os indivíduos, em momentos de crise, são instados a fazer e a refazer o seu "sentimento

de identidade". Seguindo o privilégio epistemológico pragmatista conferido aos momentos críticos e de indeterminação, Pollak diz claramente que "a identidade não se torna uma preocupação e, indiretamente, objeto de análise senão lá onde ela não é mais tida por óbvia" (1993:153). Não se trata no caso de retomar uma concepção substancialista do "eu", nem de mobilizar a tradição psicológica que vê a identidade a partir do conteúdo da "personalidade", muito menos como impressão do social (Durkheim) ou da cultura (Boas), mas sim considerar a identidade como um fluxo, um sentimento pragmaticamente mobilizado pelos atores, senão apenas, ao menos em momentos críticos.

Na esteira de Michael Pollak e do modelo de EG, Nathalie Heinich (1999) ampliou a noção de prova de grandeza, focando sobretudo nas modificações identitárias ocorridas com escritores laureados por um prêmio literário. Em recente trabalho sobre a subjetividade jornalística, Lemieux (2010) avançou em uma pragmática da subjetividade, tratando esta última como um estilo (uma espécie de idioleto) que surge a partir do agir individual em meio à pluralidade de matrizes gramaticais coletivas dentro das quais o indivíduo se vê desde sempre enredado.

Mas ainda que a sociologia pragmática tenha avançado sobre a subjetividade e, nas reflexões de Michael Pollak e Nathalie Heinich, trabalhado sobre o conceito de identidade, não há um trabalho que enfoque os problemas ou as controvérsias duráveis que se passam em um ou mais indivíduos. Ora, se a "sociedade" tem sido progressivamente diluída e abordada como um conjunto de *causas (affaires)*, situações problemáticas, momentos críticos, delatores ou sinais de alerta (Chateauraynaud & Tornay 1999) e de controvérsias, o enfoque sobre o indivíduo deveria, ele também, ser reconfigurado. Ainda que no campo sociológico francês haja diversas sociologias do indivíduo — em autores como François Dubet, Claude Dubar, Jean-Claude Kaufmann, Bernard Lahire e Danilo Martucelli — que abordem o ator individual como uma criatura plural, heterogênea, multiforme, habitado por crises e tensões as mais diversas. Mas não se fez uma efetiva articulação entre as duas abordagens.

Desta forma, uma das agendas de pesquisa que permanecem em aberto é como fazer uma abordagem pragmática que abarque tanto a ideia de desacordos, controvérsias e problemas de longa duração quanto o fato de os indivíduos serem habitados por uma pluralidade de tensões, crises e problemas. Do mesmo modo que a sociologia pragmática francesa, buscando ir além do modelo de EG, propõe fazer uma sociologia dos *problemas públicos*, convém perguntar se é possível mudar a escala de análise e fazer uma *sociologia dos problemas íntimos*? Em outros termos, como pensar o desacordo durável

em escala individual e tomar o indivíduo como uma das arenas (Cefaï 2002) possíveis em que se expressam tensões, conflitos, problemas duráveis, em suma, para adaptar o título do famoso livro de John Dewey para uma versão mais próxima de G.H. Mead, o *self* e seus problemas?²⁵

Recebido em 10 de junho de 2015

Aprovado em 15 de outubro de 2015

Diogo Silva Corrêa é pós-doutorando do IESP-UERJ. E-mail: <dioscorrea@gmail.com>.

Rodrigo de Castro Dias é doutorando do PPGSA-UFRJ. E-mail: <rodrigodecastrodias@gmail.com>.

Notas

* Agradecemos a Frédéric Vandenberghe, a Luiz Antônio Machado da Silva, a Jussara Freire, a Palloma Menezes e aos integrantes do grupo Sociofilo da IESP-UERJ pelos comentários às versões prévias do presente texto.

¹ Os vídeos desse seminário de Cyril Lemieux na EHESS podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: http://www.archivesaudiovisuelles.fr/343/liste_conf.asp?id=343

² Mais recentemente ainda, em 2013, com o fim do Grupo de Sociologia Política e Moral (GSPM), que fora criado em 1984 por Boltanski e Thévenot, e a criação do Laboratório de Estudos sobre a Reflexividade (LIER). Há inclusive um texto escrito pelos membros do LIER que sintetiza o que entendem atualmente por sociologia pragmática. Para mais detalhes, ver Barthe et al. (2013).

³ As informações sobre os autores da sociologia pragmática e suas diferenças foram obtidas por Diogo Silva Corrêa, um dos autores do presente artigo, em entrevistas feitas entre 2011 e 2014 diretamente com os seguintes autores da sociologia francesa de sensibilidade pragmatista: Daniel Cefaï, Louis Queré, Luc Boltanski, Cyril Lemieux, Francis Chateauraynaud, Nicolas Dodier e Nathalie Heinich. Essas entrevistas serão publicadas em breve.

⁴ Para mais detalhes sobre a trajetória de Isaac Joseph, ver o prefácio escrito por Daniel Cefaï para o livro do próprio Isaac Joseph (2007).

⁵ Nós nos propomos aqui a apresentar a via da sociologia pragmática. Em relação ao pragmatismo, é verdade que ele possui uma longa história no campo intelectual francês. Já no início do século XX, é possível entrever suas primeiras ressonâncias nas discussões de Henri Bergson com William James ou, ainda nas primeiras décadas do século, no curso de Émile Durkheim, publicado como *Sociologie et pragmatisme*. A partir da década de 30, sobretudo em razão da forte influência da fenomenologia alemã de Husserl e, pouco depois, de Heidegger, os pensadores pragmatistas são relegados ao esquecimento. Em um contexto marcado, primeiro, pela fenomenologia e, depois, pela forte presença do estruturalismo, o pragmatismo apenas emerge com o ocaso do último. O pensamento pragmatista só começa a ter uma elaboração sistemática e a ser incorporado ao vocabulário autodesignativo de autores das ciências sociais no campo intelectual francês a partir do final da década de 1970 e início da de 1980. E não seria senão apenas a partir da década seguinte que o pragmatismo é finalmente "redescoberto", quando começam a pulular apanhados críticos, como os mencionados acima. Um outro movimento que pode ser notado a partir dos anos 2000 e 2010 é a tradução para o francês de obras ou textos de Charles Sanders Peirce, William James, John Dewey e, por fim, George Herbert Mead. A tradução das obras destes autores representa claramente o reavivamento do pragmatismo no contexto acadêmico francês mais geral.

⁶ Ver Akrich, Callon e Latour (2006) sobre o surgimento da sociologia da tradução ou do ator-rede.

⁷ Embora esta não seja a questão a ser explorada no presente artigo, acreditamos na existência de uma relação entre a filosofia pragmatista americana, sobretudo na versão de John Dewey, e a sociologia pragmática francesa. Como expresso em Corrêa (2014), argumentamos que a sociologia pragmática francesa passa de uma reflexão sobre as formas elementares da investigação humana, como presente na *Logic: theory of inquiry* de John Dewey, para uma sociologia das investigações dos atores. Adiante apresentaremos como Luc Boltanski e Laurént Thévenot fazem, em EG, uma sociologia das investigações axiológicas dos atores. Axel Honneth (2010), no início de sua resenha dedicada ao livro *De la justification*, também faz breve menção à relação entre a filosofia pragmatista de John Dewey e a sociologia pragmática de Boltanski e Thévenot.

⁸ No dicionário *Petit Robert*, o termo no plural "*les cadres*" é definido como "o pessoal pertencente à categoria superior dos assalariados de uma empresa".

⁹ O conceito de "dispositivo" se consolida no léxico dessa guinada pragmática certamente inspirado pelo sentido original conferido por Foucault, o de uma "rede" que liga elementos heterogêneos, comportando o discursivo e o não discursivo. Mas se em Foucault a ênfase recai sobre os dispositivos disciplinares e sobre sua função estratégica de dominação, na retomada pragmática ele é deslocado na direção de outras acepções: a) incorporando outros dispositivos, como o laboratório das ciências naturais (Latour & Crawford 1993); b) aproximando-se da ideia de indeterminação, pois sem se reduzir a uma função estratégica disciplinar, ele serve também de suporte à ação, como um quadro organizador ou um assistente (Peeters & Charlier 1999: 18-19); c) a competência humana passa a ser problematizada na sua relação de interdependência

com os dispositivos, como os associados às tecnologias da informação e da comunicação, que produziriam “ambientes produtores de *feedback* imediato em relação à ação dos usuários”, e seriam “qualificados de ambientes abertos, adaptativos e inteligentes” (:17).

¹⁰ Trata-se de um ponto extremamente importante no artigo “La dénonciation” (1984) e que é secundarizado em EG em prol de uma pragmática situada dos julgamentos ordinários. Para mais detalhes, ver Clavérie e Boltanski (2007).

¹¹ Sobre os axiomas das *cités* ver Boltanski & Thévenot (1991:96-106), assim como os critérios de análise utilizados para pensar a sua realização nos mundos (:177-181).

¹² Para efeitos comparativos, inserimos também na tabela a *cité par projets* (Boltanski & Chiapello 1999).

¹³ Para um aprofundamento do uso do conceito de gramática pela sociologia pragmática, ver Lemieux (2009).

¹⁴ Boltanski afirma que, como toda importação de esquemas de uma disciplina para outra, os deslocamentos desses esquemas para sua sociologia são “essencialmente metafóricos” (2004:16, nota 4).

¹⁵ A tradição é considerada como elemento fundamental de uma antropologia que se volta para a nossa própria sociedade, cuja empreitada envolve o questionamento de um duplo corte, entre as ciências humanas e suas tradições filosóficas, por um lado, e entre a “competência cognitiva” (Boltanski 1990:149) dos atores e as divisões, as noções e os conceitos oriundos dessas mesmas tradições. Para tanto, Boltanski mobiliza Gadamer e Ricoeur (Boltanski 1990). A influência da hermenêutica de Ricoeur é, no entanto, mais decisiva, como ele relata a François Dosse (2003:186) sobre o primeiro contato com a obra de Ricoeur: “em 1981, durante o verão, eu levei *Le conflit des interprétations* e fiquei extremamente impressionado com a oposição que Ricoeur fazia entre a interpretação da suspeita e a interpretação como obtenção de um sentido. Isso foi absolutamente central para a iniciativa da denúncia. É uma dessas leituras que fazem passar de um estado para outro”.

¹⁶ Para uma leitura da etnometodologia na sua versão pragmática francesa, ver última parte de Chateauraynaud (1991).

¹⁷ Agradecemos a Rodrigo Cantu pela conversa em torno da ideia de *indeterminação relativa*.

¹⁸ A este respeito, ver o regime de ágape, desenvolvido no livro *L'Amour et la justice comme compétences* (Boltanski 1990).

¹⁹ Recentemente em *De la critique* (2009), Luc Boltanski propôs uma distinção mais simplificada entre o *regime prático* e o *regime metapragmático*. O primeiro diz respeito ao gênero de ação no qual os atores estão engajados no cumprimento de uma tarefa e no qual o acordo é tácito. As contradições permanecem implícitas, o nível de reflexividade

é frágil e a tolerância com os erros e as faltas alheias cumpre um papel fundamental. O segundo regime diz respeito à eclosão de uma crise na qual está presente um elevado nível de reflexividade e a questão é "saber como convém qualificar aquilo que se passa" (:107).

²⁰ Para uma outra síntese possível entre a lógica da dádiva e o pragmatismo, ver o trabalho de Rodrigo de Castro Dias (2010) sobre a crítica socialista/comunista na prática dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em diálogo com a "sociologia da crítica" e o MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales), o engajamento dos "Sem Terra" é problematizado como uma dinâmica entre a intransigência da crítica e os gestos de gratuidade.

²¹ Lemieux (2009:142-3) utiliza esta expressão para definir algo próximo à passagem da gratuidade à justiça, quando uma ruptura qualquer introduz o realismo em uma forma de vida íntima, que perde então a sua naturalidade, ou seja, precisa ajustar-se às exigências externas.

²² Entre outras propostas de modelização dos regimes de ação, ver em Philippe Corcuff (1998) o "regime de compaixão" que visa pensar as relações face a face apoiando-se na fenomenologia de Emmanuel Lévinas, e o "regime de ação tático-estratégica" modelizado a partir de Maquiavel. No Brasil temos a noção de "sociabilidade violenta" proposta por Luiz Antonio Machado da Silva para pensar um "regime de ação" ou um "*princípio de coordenação* das práticas" em que a violência "se libera da regulação simbólica" no contexto de violência urbana (2010:286). Também o trabalho de Jussara Freire pensa o "regime de desumanização" que se orienta por uma "uma gramática de justificação pública que busca extrair certos seres de uma *humanidade comum*" (2010:120), e distinto do regime de violência em que as forças meramente se enfrentam sem qualificação. E Alexandre Werneck (2009) lê o ato de "dar desculpa" como uma "torção entre um *regime de efetivação por universalidade* e um *regime de efetivação por particularidade*" (2009:132).

²³ A perspectiva de seguir de perto os atores não se constitui sem tensões: "a questão da liberdade de que dispõe o investigador para clarificar os enunciados é espinhosa" (Boltanski 1990:59, nota 3). O trabalho sociológico pode parecer banal, uma mera paráfrase do discurso crítico dos atores sociais. Ao contrário, a clarificação dos enunciados "pode parecer abusiva ou arbitrária" (Boltanski 1990). Não haveria uma resposta precisa para essa tensão senão a busca de uma "boa distância" em relação ao objeto, a fim de evitar a redundância e ao mesmo tempo permanecer na "esfera do reconhecimento" (Boltanski 1990).

²⁴ A teoria crítica se definiria pela "existência de uma relação concreta com um conjunto de pessoas (definido como público, classe, grupo, gênero etc.)", de forma que a ideia de uma teoria crítica desvinculada da "experiência de um coletivo", existindo por "si mesma", seria inconsistente (Boltanski 2009:20-1).

²⁵ Esta proposta é desenvolvida na terceira parte da tese de doutorado de Diogo Silva Corrêa, *Anjos de Fuzil: uma etnografia das relações entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus*. Para mais detalhes, ver Corrêa (2015:281-378).

Referências bibliográficas

- AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel & LATOUR, Bruno. 2006. *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*. Paris: Presses des Mines.
- BARTHE, Yannick et al. 2013. "Sociologie pragmatique: mode d'emploi". *Politix*, 26(103):175-204.
- BÉNATOUÏL, Thomas. 1999. "Critique et pragmatique en sociologie. Quelques principes de lecture". *Annales HSS*, 2:281-317.
- BENHABIB, Seyla. 1986. *Critique, norm, and utopia: a study of the foundations of critical theory*. New York: Columbia University Press.
- BESSY, Christian & CHATEAURAYNAUD, Francis. 1995. *Experts et faussaires. Pour une sociologie de la perception*. Paris: Métailié.
- BLONDEAU, Cécile & SEVIN, Jean-Christophe. 2004. "Entretien avec Luc Boltanski: une sociologie toujours mise à l'épreuve". *Ethnographiques.org*, 5. Disponível em: <www.ethnographiques.org>. Acesso em: nov. 2008.
- BOLTANSKI, Luc. 1982. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Éditions de Minuit.
- _____. 1984. "How a social group objectified itself: 'cadres' in France, 1936-1945". *Social Science Information*, 23(3):469-491.
- _____. 1990. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Éditions Métailié.
- _____. 1990a. "Sociologie critique et sociologie de la critique". *Politix*, 3(10): 124-134.
- _____. 2000. "La cause de la critique (i)." *Raisons Politiques*, 3(3):159-184.
- _____. 2004. *La condition foetale*. Paris: Gallimard.
- _____. 2009. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. 1999. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann & SCHILTZ, Marie-Ange. 1984. "La dénonciation". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 51:3-40.
- BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent. 1983. "Finding one's way in social space: a study based on games". *Social Science Information*, 22(4-5):631-80.
- _____. 1991. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard.
- _____. 1999. "The sociology of critical capacity". *European Journal of Social Theory*, 2(3):359-377.
- _____. 2000. "The reality of moral expectations: a sociology of situated judgment". *Philosophical Explorations*, 3(1):208-31.
- BOURDIEU, Pierre. 1980. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. 1984. *Homo Academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- CEFAÏ, Daniel. 2002. "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In: D. Cefai & I. Joseph (orgs.), *L'héritage du pragmatisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube. pp. 52-81.
- CEFAÏ, Daniel et al. (org.). 2011. *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, RJ: EdUFF.
- CEFAÏ, Daniel & TROM, Danny. 2001. *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: EHESS.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. 1991. *La faute professionnelle. Une sociologie des conflits de responsabilité*. Paris: Métailié.
- _____. 2004. "L'épreuve du tangible: expériences de l'enquête et surgissements de la preuve". In: B. Karsenti & L.

- Quéré (dirs.), *La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme*. Paris: Éditions EHESS. pp. 167-194.
- . 2011. *Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique*. Paris: Éditions Pétra.
- CHATEAURAYNAUD, Francis & TORNAY, Didier. 1999. *Les sombres précurseurs: une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*. Paris: Éditions de EHESS.
- CLAVÉRIE, Elisabeth & BOLTANSKI, Luc. 2007. "Du monde social en tant que scène d'un procès". In: N. Offenstadt & S. Van Damme (eds.), *Affaires, scandales et grandes causes*. Paris: Stock. pp. 395-452.
- CORCUFF, Philippe. 1998. "Justification, stratégie et compassion: apport de la sociologie des régimes d'action". *Correspondances*, 51:1-9.
- . 2001. *As novas sociologias*. Bauru, SP: Edusc.
- CORRÊA, Diogo Silva. 2014. "Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa". *Política & Trabalho*, 40:35-62.
- . 2015. Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre tráfico e Igreja na favela Cidade de Deus. Tese de doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).
- DELEUZE, Gilles. 1969. *Logique du sens*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- DESROSIÈRES, Alain; GOY, Alain & THÉVENOT, Laurent. 1983. "L'identité sociale dans le travail statistique: la nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles". *Economie et Statistique*, 152(1):55-81.
- DEWEY, John. 1927. *The public and its problems*. New York: Henry Holt.
- DODIER, Nicolas. 1991. "Agir dans plusieurs mondes". *Critiques*, 47(529-530):427-458.
- . 1993. "Acting as a combination of common worlds". *The Sociological Review*, 41(3):556-571.
- . 1993a. "Les appuis conventionnels de l'action. Éléments de pragmatique sociologique". *Réseaux*, 11(62):63-85.
- . 2005. "L'espace et le mouvement du sens critique". *Annales HSS*, 60(1):7-31.
- DOSSE, François. 2003. *O império do sentido*. Bauru, SP: Edusc.
- FOSSIER, Arnaud & GARDELLA, Édouard. 2006. "Entretien avec Bruno Latour". *Tracés*, 1(10):113-129.
- FREIRE, Jussara. 2010. "Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro". *Dilemas*, 3(10):119-142.
- GARFINKEL, Harold. 1967. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall.
- HEINICH, Nathalie. 1998. *Ce que l'art fait à la sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- . 1999. *L'épreuve de la grandeur: prix littéraires et reconnaissance*. Paris: La Découverte.
- . 2009. "Les affinités sélectives". In: M. Breviglieri et al. (org.), *Compétences critiques et sens de la justice*. Paris: Economica. pp. 81-90.
- HONNETH, Axel. 2010. "Dissolutions of the social: on the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot". *Constellations*, 17(3):376-389.
- JOAS, Hans. 1996. *The creativity of action*. Chicago: University of Chicago.
- JOSEPH, Isaac. 2007. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste* (textes édités et préfacés par Daniel Céfai). Paris: Economica.
- KARSENTI, Bruno & QUÉRÉ, Louis. 2004. *La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme*. Paris: Éditions EHESS.
- LATOUR, Bruno. 1984. *Les microbes, guerre et paix; suivi de Irréductions*. Paris: Métailié.

- _____. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. 1995. "Note sur certains objets chevelus". *Nouvelle Revue d'Ethnopsychiatrie*, 27:21-36.
- _____. 2006. *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- _____. 2010. *Cogitamus: six lettres sur les humanités scientifiques*. Paris: La Découverte.
- LATOUR, Bruno & CALLON, Michel. 1981. "Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so". In: A.V. Cicourel & K. Knorr-Cetina (orgs.), *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul. pp. 277-303.
- LATOUR, Bruno & CRAWFORD, T. Hugh. 1993. "An interview with Bruno Latour". *Configurations*, 1(2):247-268.
- LEMIEUX, Cyril. 2009. *Le devoir et la grâce*. Paris: Economica.
- _____. (dir.). 2010. *La subjectivité journalistique*. Paris: Éd. EHESS.
- LEMIEUX, Cyril & BARTHE, Yannick. 2002. "Quelle critique après Bourdieu?". *Mouvements*, 24:33-38.
- LEPETIT, Bernard. 1995. *Les formes de l'expérience: une autre histoire sociale*. Paris: Éditions Albin Michel.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. 2010. "Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual". *Caderno CRH*, 23(59):283-300.
- NACHI, Mohamed. 2006. *Introduction à la sociologie pragmatique*. Paris: Armand Colin.
- PEETERS, Hugues & CHARLIER, Philippe. 1999. "Contributions à une théorie du dispositif". *Hermès*, 25:15-23.
- POLLAK, Michael. 1993. *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*. Paris: Editions Métailié.
- QUÉRÉ, Louis et al. (org.). 1993. *La théorie de l'action: le sujet pratique en débat*. Paris: CNRS Éditions.
- RICŒUR, Paul. 1969. *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*. Paris: Seuil.
- THÉVENOT, Laurent. 1986. "Les investissements de forme". *Conventions économiques*, 29:21-71.
- _____. 1990. "L'action qui convient". *Raisons Pratiques*, 1:39-69.
- _____. 1994. "Le régime de familiarité: des choses en personne". *Genèses*, 17(1):72-101.
- _____. 2006. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte.
- VANDENBERGHE, Frédéric. 2006. "Construção e crítica na nova sociologia francesa". *Sociedade e Estado*, 21(2):315-366.
- _____. 2010. *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Belo Horizonte: UFMG.
- WERNECK, Alexandre. 2009. "Moralidade de bolso: a 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de 'bem' nas relações sociais". *Dilemas*, 2(3):107-141.

Resumo

O objetivo do presente texto é apresentar a sociologia pragmática francesa a partir do livro *De la justification* de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Primeiro, fazemos uma introdução geral dos principais pontos de convergência do campo sociológico francês desde a década de 80. Em seguida, apresentamos a obra *De la justification*, considerada como um marco na guinada pragmática da sociologia francesa. Então, apresentamos dois de seus principais conceitos: o de prova e o de *cit  *. Por fim, através de um apanhado das forças e das fraquezas do modelo, problematizamos alguns de seus limites e desafios, como o de integrar na intui  o pragmatista questões como o engajamento crítico do sociólogo e a análise dos processos, das disposi  es e dos problemas de longa dura  o.

Palavras-chave Sociologia pragmática, Pragmatismo, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Justifica  o.

Abstract

The aim of this article is to present French pragmatic sociology as outlined in Luc Boltanski and Laurent Thévenot's *De la justification*. First, we offer a general introduction to the main focal points of the French sociological field from the 1980's. We then present *De la justification*, regarded as a landmark of the pragmatist turn in French sociology. Next, we present two of its key concepts: *cité* and proof. Finally, through an overview of the strengths and weaknesses of the model, we question some of its limits and challenges, including the integration of the pragmatist intuition with the sociologist's critical engagement and the analysis of long-term processes, problems, and dispositions.

Key words Pragmatic sociology, Pragmatism, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Justification.